

Concentração Regional, Especialização Econômica e Desindustrialização no Brasil: Tendências recentes a partir de indicadores de emprego formal em nível municipal

Humberto Eduardo de Paula Martins

hmartins@ufu.br

Professor do Instituto de Economia da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Lílian Santos Marques Severino

liliansms@outlook.com

Graduanda em Ciências Econômicas da UFU
e ex- bolsista de IC (Fapemig)

Bruna Aparecida da Costa e Castro

brunaecoufu@hotmail.com.br

Graduada em Ciências Econômicas da UFU
e ex-bolsista de IC (CNPq)

Resumo

O presente trabalho analisa tendências recentes do desenvolvimento regional brasileiro, focalizando mudanças na distribuição espacial das atividades produtivas com base em indicadores de emprego formal no período 1985/2010, buscando relacionar essas mudanças com a especialização econômica em nível municipal. O trabalho tem a seguinte estrutura: Primeiramente, faz-se uma breve recuperação do debate sobre concentração econômica regional, especialização produtiva e desindustrialização na economia brasileira. Depois, discute-se a evolução recente da concentração econômica no Brasil, examinando o emprego formal entre as Unidades da Federação brasileiras nos anos de 1985 e 2010. Em seguida, passa-se à análise em nível municipal. Após a apresentação da metodologia, são discutidos os resultados referentes à dinâmica e classificação dos municípios selecionados e à especialização econômica dos municípios classificados como Crescentes.

Palavras-Chave: Brasil, Desenvolvimento Regional, Concentração Espacial, Especialização Econômica

Abstract

This study examines recent trends of regional development in Brazil, focusing on changes in spatial distribution of production activities, using formal employment indicators in the period 1985/2010, and seeking to relate these changes with economic specialization at municipal level. The article has this structure: firstly, it discusses recent debate and evolution in the concentration of production activities in Brazil, by examining the concentration of formal employment among the units of the Brazilian Federation in 1985 and 2010. After that, the focus is on disaggregated analysis at

municipal level. Methodology used at municipal-level analysis is presented and the results are discussed, regarding the dynamics and classification of selected municipalities and economic specialization of municipalities classified as Growing.

Keywords: Brazil, Regional Development, Spatial Concentration, Economic Specialization.

1. Introdução

As tendências recentes do desenvolvimento regional brasileiro, sobretudo em relação a mudanças no padrão de concentração regional das atividades produtivas no Brasil e a alterações nas especializações econômicas regionais, têm sido objeto de debate entre pesquisadores. A análise dessas transformações certamente contribui para um melhor entendimento da realidade econômica e social nas regiões brasileiras, bem como para a proposição de políticas públicas sobre esta temática.

O presente trabalho investiga essas tendências, buscando tratar conjuntamente os temas de concentração e especialização, com base em indicadores de emprego formal no período 1985/2010. É analisado um amplo grupo de municípios selecionados: aqueles com mais de 10.000 empregados formais no ano 2010, correspondendo a 518 municípios, que, em conjunto, respondem por cerca de 80% do PIB e do emprego formal do Brasil nos anos de 1985 e 2010.

O trabalho está estruturado em mais cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, faz-se uma breve recuperação do debate sobre concentração econômica regional, associando-o a mudanças na estrutura e na especialização produtiva, bem como à discussão recente sobre desindustrialização na economia brasileira. Em seguida, na terceira seção, examina-se a participação no total do emprego nacional das Unidades da Federação, buscando caracterizar as tendências apresentadas no período 1985/2010.

Na quarta seção parte-se para a análise em nível municipal, com a apresentação da metodologia e da base de dados utilizada, bem como da seleção dos municípios e na quinta seção são apresentados resultados referentes à dinâmica dos municípios selecionados, classificados segundo a variação de sua participação no total do emprego no Brasil ao longo do período. Em seguida, na sexta seção, a análise volta-se para os municípios que ampliaram de forma relevante sua participação, classificados como Crescentes. Esses municípios são examinados quanto a sua especialização econômica e sua evolução no período.

A sétima e última seção é dedicada às considerações finais: buscam-se sintetizar as tendências recentes da distribuição espacial das atividades produtivas e da especialização econômica e situá-las em um quadro de análise mais amplo.

2. O debate sobre concentração econômica regional no Brasil

A concentração regional caracteriza a economia brasileira desde sua formação. Celso Furtado, no clássico “Formação Econômica do Brasil” aborda essa característica ao longo do processo de formação econômica brasileira e dedica parte do último capítulo, intitulado “Perspectivas dos próximos decênios” à questão da concentração regional, associando-a ao processo de industrialização:

“Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. Na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda” (FURTADO, 2003, p. 249).

Cano (1977, 1985) trata das raízes do processo de concentração industrial em São Paulo, identificando a importância da economia cafeeira paulista para esse processo, sobretudo na provisão de infraestrutura e de recursos para investimento, e na constituição de um mercado consumidor, a partir da utilização da mão-de-obra assalariada, em grande parte de imigrantes.

O histórico padrão de concentração regional sofreu parcial reversão a partir da década de 1970. Parte da bibliografia sobre economia regional dedicou-se a avaliar e dimensionar este fenômeno, bem como buscar explicação para ele, como os trabalhos de Cano (1985) e Diniz (1993).

Diniz (1993) parte do declínio da elevada participação a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), considerado um processo de desconcentração ou polarização reversa. Entretanto, segundo o autor, esta tendência foi contida na década de 1980, a partir da qual pôde-se observar "uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte, dentro do qual estão sendo formados os principais pólos de alta tecnologia" (DINIZ, 1993, p. 36).

Diniz e Crocco (1996), em trabalho posterior, utilizam dados de emprego formal (extraídos da base da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) e reafirmam as tendências apontadas por Diniz (1993) utilizando como unidades as Áreas Industriais Relevantes (AIR's), que são estabelecidas pela seleção das microrregiões homogêneas delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cano (1997) assinala que a concentração econômica em São Paulo, que se ampliou a partir de 1930 e atingiu seu auge no ano de 1970, não foi “a causadora do atraso” das demais regiões e sim a estrutura produtiva e da renda que já vigorava antes de 1930, pois entre 1930 e 1970 todas as regiões cresceram, ainda que São Paulo crescesse a taxas mais elevadas. Entre 1970 e 1985, essa

situação se inverte, caracterizando uma fase de desconcentração produtiva, que se arrefece a partir de 1985, com crescimento baixo no Brasil e em todas as regiões, apresentando “resultados mais estatísticos que efetivos” (CANO, 1997, p. 107).

Pacheco (1996, 1998) procura mostrar que a parcial desconcentração verificada nos dados não configura uma reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo, pois não há emergência de pólos alternativos. Na verdade, esse processo está mais próximo de uma fragmentação da economia, com a diminuição da integração e das trocas comerciais interregionais complementares, e com o aumento da importância do mercado externo ao País.

Diniz (2006) incorpora em sua análise novos elementos, construindo um quadro mais complexo sobre as tendências recentes do desenvolvimento regional no Brasil, com a identificação, por exemplo, de diferenças na distribuição regional dos setores produtivos. Nesse quadro, embora a produção industrial mais integrada e de maior conteúdo tecnológico apresente uma concentração na região do entorno do Estado de São Paulo, já referida como polígono, nos segmentos mais tradicionais ocorre uma relativa desconcentração. Nesse contexto, há o “deslocamento de indústrias tradicionais para o Nordeste, especialmente das indústrias têxtil, confecções e alimentos e de novos empreendimentos pesados, a exemplo do polo petroquímico e da unidade automotriz da Ford, ambos na Bahia”, bem como “expansão e implantação de várias atividades industriais ligadas às fronteiras agropecuária e mineral nas regiões centro-oeste e norte do país, além do polo industrial de Manaus” (Diniz, 2006, p. 8). Na agricultura também ocorrem movimentos variados: desconcentração da produção de grãos, algodão e cana-de-açúcar para os cerrados, desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste e intensificação agrícola em São Paulo e áreas próximas, com culturas de maior valor de produção por área, como cana-de-açúcar, laranja, produção leiteira e horticultura (DINIZ, 2006, p. 9). Nesse contexto, os serviços seguem padrão semelhante de desconcentração.

Cano (2011) assinala que a década de 1980 traz “novas determinações sobre os processos de desenvolvimento regional e de urbanização”, que significaram importantes transformações na estrutura produtiva e do emprego, e no processo de integração regional. O autor subdivide o período pós-1980 em três (1980-89, 1989-2003 e 2003-2010) que, embora apresentem características comuns, mostram algumas especificidades. O primeiro subperíodo foi marcado pela crise econômica e pelo declínio da participação da indústria na economia. A desconcentração industrial continua, mas assume um caráter “espúrio”, pois acontece devido ao fato da taxa de crescimento da indústria em São Paulo ser negativa, ou baixíssima, e quase sempre em situação pior que as demais regiões. A partir do segundo subperíodo, são implantadas as reformas liberais, que constroem o crescimento econômico e reforçam a diminuição da importância da indústria para a economia, contribuindo para a regressão da estrutura produtiva.

Nesse contexto, Cano (2011) destaca que o processo de desconcentração regional continuou devido à intensificação de medidas como a guerra fiscal, incentivos às exportações e realização de investimentos de infraestrutura descentralizados. O autor alerta que esse movimento de desconcentração vem sendo interpretado, erroneamente, como a constituição de “especializações regionais”:

“É evidente que a desconcentração produtiva continuou em todos os grandes setores: é a consolidação da fronteira agropecuária do NO e do CO-DF – e do aumento da ocupação dos cerrados da BA, PI e MA pelas *commodities* exportáveis, da consolidação da província mineral de Carajás, da grande expansão do petróleo no RJ, ES e RN. Mesmo porque a guerra fiscal continuou a funcionar *a todo vapor*. É preciso advertir que essa “nova economia” tem sido equivocadamente chamada de *especializações regionais*, quando na verdade se trata das conhecidas bases produtivas de *recursos naturais*. O termo *especialização* em economia tem um sentido claro como algo que decorre de um aprofundamento da divisão social do trabalho, de algo não comum, como é uma *commodity*.” (CANO, 2011, p. 44-45)

Essa concepção aproxima o debate sobre concentração econômica regional da discussão acerca das tendências de desindustrialização que estariam ocorrendo na economia brasileira no período recente. Vários autores têm se debruçado sobre essa questão e marcado posições diferenciadas a respeito. Mais do que a mera diminuição quantitativa do peso indústria na economia, identificada no PIB e no emprego, a chamada desindustrialização vem sendo identificada e analisada com variadas concepções conceituais e abordagens qualitativas que a associam a transformações estruturais recentes da economia brasileira. Assim, procura-se identificar, dimensionar e avaliar essas tendências e relacioná-las a mudanças estruturais em curso na economia brasileira, associando as tendências de desindustrialização à “doença holandesa” e à reprimarização da pauta de exportações. Em geral, essas mudanças na estrutura produtiva estariam se traduzindo em uma tendência de especialização regressiva, mas o debate comporta posições diferenciadas (ver, por exemplo, Bresser-Pereira e Marconi, 2008; e Nassif, 2008).

Além dos estudos de caráter nacional, uma vertente dessa bibliografia tem focalizado regiões e estados brasileiros, como Sampaio e Silva (2011) e Veríssimo e Silva (2011).

Sampaio e Silva (2011) analisam o nível de adensamento das cadeias produtivas da indústria brasileira, e de um grupo de estados selecionados, utilizando a relação entre Valor da Transformação Industrial e o Valor Bruto da Produção Industrial (VTI/VBPI) como parâmetro a evolução do índice entre 1996 a 2007. Os autores concluem que “estaria ocorrendo um processo de especialização da indústria brasileira nos setores intensivos em recursos naturais, sobretudo aqueles

ligados às atividades de minério de ferro e petróleo” e, simultaneamente, uma tendência de desindustrialização, pois “embora os setores intensivos em recursos naturais destacados apresentem indicadores que apontam para maiores efeitos de encadeamento, por outro lado os setores mais intensivos em tecnologia estariam passando por um processo de esvaziamento do conteúdo de sua produção”. Os resultados são diferenciados entre os estados, mas corroborando as tendências para o Brasil: em geral, aqueles com “estrutura industrial mais diversificada e intensiva em tecnologia foram as mais afetadas pelo processo de reestruturação produtiva”, mostrando queda no indicador, ao passo que “as atividades ligadas à extração e ao refino de petróleo tiveram importante papel na compensação da queda do indicador para uma série de estados” (SAMPAIO e SILVA, 2011, p.).

Veríssimo e Silva (2011) analisam a possibilidade de ocorrência da “doença holandesa”, focalizando as grandes regiões brasileiras. O autores concluem que há sinais dessa ocorrência no Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

Silveira (2005), em outra perspectiva, analisa a concentração e especialização das regiões brasileiras no período 1950-2000, utilizando o Quociente Locacional e o Coeficiente de Localização de Hoover, chegando à seguinte conclusão:

“ As evidências obtidas para o período 1950-85 indicam que houve, de forma geral, uma tendência de diminuição dos níveis de concentração industrial entre as cinco regiões consideradas, acompanhada de diminuição da especialização industrial regional (...) Para o período 1985-2000, as evidências apontam, de forma geral, para a continuidade da desconcentração regional das atividades industriais, embora esta se apresente muito mais em termos de pessoal ocupado que através do Valor da Transformação Industrial.” (SILVEIRA 2005, p. 206).

A questão das contribuições da especialização produtiva para o desenvolvimento regional é abordada na Economia desde os trabalhos clássicos, como o de Adam Smith, e até hoje é um assunto polêmico entre os estudiosos, conforme mostra Paiva (2006). Embora se referindo à ideia de que "a diversificação é a meta e a medida do desenvolvimento", o autor admite que uma região periférica só tem a possibilidade de se desenvolver especializando-se nos setores que possuem maior competição. Assim, "especializar-se é conquistar competências específicas, o que significa conquistar novos patamares de domínio do **geral** com vistas à consecução de fins **específicos**. Os fins visados não têm que (nem devem, na medida do possível) ser únicos, mas são necessariamente limitados" (PAIVA, 2006, p. 91, grifo do autor).

Logo, podem-se entender os processos de especialização e diversificação como complementares, ou, pelo menos, não excludentes, no âmbito do desenvolvimento regional. Dentro

de uma concepção dinâmica e histórica, esses processos podem estar relacionados e encadeados, de maneira que um possa suceder o outro ao longo de uma trajetória de desenvolvimento regional.

3. A concentração econômica entre as Unidades da Federação: PIB e do emprego formal em 1985 e 2010

Conforme apontado pela bibliografia debatida na seção anterior, a parcial reversão, durante a década de 1970, do histórico padrão de concentração regional no Sudeste brasileiro, arrefeceu-se ou esgotou-se a partir da segunda metade da década de 1980, fato que pode ser observado na distribuição espacial do PIB e do emprego entre as Unidades da Federação,

Considerado o indicador de emprego formal, entretanto, essa distribuição apresentou, no período 1985/2010, certa estabilidade em um contexto de significativo aumento no total nacional. No Brasil houve crescimento do emprego formal entre 1985 e 2010. Entretanto, não foi uniforme ao longo do período: durante a década de 1990 houve praticamente uma estagnação, mesmo com a população em crescimento, e depois de 2000, mais fortemente depois de 2004, há um crescimento significativo no total do emprego formal.

A Tabela 1 mostra a participação de todas as Unidades da Federação brasileiras nos totais nacionais do PIB e do emprego formal, nos anos de 1985 e 2010. A tabela segue a ordem decrescente a partir do Emprego Formal em 1985.

Tabela 1 - Participação de cada estado no PIB e no número de empregados formais do Brasil em 1985 e 2010 (%)

UF	1985		2010	
	PIB	Empregados Formais	PIB	Empregados Formais
São Paulo	35,42	33,70	33,09	29,21
Rio de Janeiro	12,20	13,33	10,80	9,26
Minas Gerais	9,75	9,16	9,32	10,54
Rio Grande do Sul	7,86	8,03	6,70	6,36
Paraná	6,08	5,49	5,76	6,32
Bahia	5,35	4,15	4,09	4,85
Santa Catarina	3,24	3,70	4,04	4,47
Pernambuco	2,62	3,55	2,52	3,49
Ceará	1,71	2,39	2,07	3,01
Distrito Federal	2,17	2,35	3,98	2,50
Goiás	1,95	1,98	2,59	2,98
Pará	1,52	1,67	2,06	2,16
Espírito Santo	1,63	1,58	2,18	1,95
Paraíba	0,72	1,16	0,85	1,32
Alagoas	0,85	1,05	0,65	1,07

Rio Grande do Norte	0,77	0,99	0,86	1,30
Amazonas	1,52	0,99	1,59	1,31
Maranhão	0,74	0,97	1,20	1,44
Mato Grosso do Sul	1,01	0,87	1,15	1,27
Mato Grosso	0,81	0,70	1,58	1,49
Sergipe	0,92	0,69	0,63	0,84
Piauí	0,38	0,65	0,59	0,86
Rondônia	0,46	0,40	0,62	0,76
Acre	0,13	0,17	0,22	0,27
Amapá	0,12	0,11	0,22	0,25
Roraima	0,07	0,07	0,17	0,18
Tocantins	-	-	0,46	0,54
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS e IPEA (2013).

De maneira geral, observa-se uma alta correlação entre as participações das Unidades da Federação no PIB nacional e suas participações no total do emprego formal nacional. Há uma ligeira diferença com relação ao nível de concentração, que é um pouco maior no PIB do que no emprego formal. Também nota-se uma pequena redução do nível de concentração entre os anos de 1985 e 2010 nos dois indicadores.

Verifica-se que o estado de São Paulo, o de maior participação no número de empregados formais no Brasil e também no PIB, reduziu sua participação em ambos os indicadores no período 1985/2010: 2,33 p.p. no PIB; e 4,49 p.p. no emprego formal. O estado do Rio de Janeiro, o segundo com maior participação também sofreu reduções nas suas participações no período analisado: 1,40 p.p. no PIB e 4,07 p.p. no emprego formal. Já o terceiro colocado, Minas Gerais, apresentou aumento na sua participação no emprego formal de 1,38 p.p. e redução na participação no PIB, de 0,43 p.p. É importante observar que os três estados citados, como os de maior participação no número de empregados formais no Brasil, fazem parte da região Sudeste.

Tiveram discreta elevação de suas participações ao longo do período, em ambos os indicadores: Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo e, em menor grau, Ceará. Os estados com as menores participações nos dois indicadores fazem parte, em sua maioria, das regiões Norte e Nordeste. Observa-se que Acre, Amapá, Piauí, Rondônia, Roraima tiveram participações abaixo de 1% no período analisado, mas apresentaram aumentos em suas participações no ano de 2010 em relação ao ano de 1985.

Assim, de maneira geral, percebe-se uma tendência de estabilidade na distribuição do PIB e do emprego formal entre as Unidades da Federação no período 1985/2010, que representa um esgotamento da tendência de desconcentração iniciada em 1970 (ver Diniz, 1993; 2006).

4. A análise em nível municipal: metodologia e bases de dados utilizadas

A metodologia utilizada para a análise em nível municipal envolve a coleta e análise de dados referentes ao número de empregados formais nos municípios selecionados base de dados utilizada para obtenção este indicador foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponível no *site* do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os dados de Produto Interno Bruto (PIB) têm como fonte o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Andrade e Serra (2000) analisam a distribuição espacial do PIB e do emprego formal em municípios do Rio Grande do Sul e verificam um alto nível de correlação entre as participações percentuais dos municípios nas duas variáveis, defendendo a utilização do emprego formal para estudos de economia regional.

No presente trabalho, foram selecionados os municípios que no ano 2010 possuíam mais de 10.000 trabalhadores formais. Com base neste critério foram selecionados 518 municípios, que respondem por 86,5% do total do emprego formal do Brasil em 1985 e 81,4% em 2010, e quase 80% do PIB nos dois anos.

Foi calculada a variação percentual da participação no emprego de cada município no período de 1985 a 2010. Posteriormente, eles foram classificados de acordo com a sua variação na participação do total do emprego formal nacional entre 1985 e 2010, sendo que foram estabelecidos três grupos de variações: Crescente (Subdividido em Acentuado e Moderado), Estagnado e Decrescente. Essa classificação tem a vantagem de considerar conjuntamente a importância (ou o peso) do município no total do emprego formal do Brasil com a mudança nessa importância. Dessa maneira, em contraste com a análise das taxas de crescimento, evita-se superestimar municípios com taxas de crescimento muito altas, mas com pouquíssima atividade econômica (ver MARTINS et alii, 2009).

A classificação é feita utilizando os seguintes parâmetros:

A classe Crescente Acentuado engloba os municípios que tiveram acentuada elevação de sua participação no PIB do Brasil, correspondendo a valores acima de 0,050 pontos percentuais; a classe Crescente Moderado envolve os municípios que apresentam variação positiva relevante da participação no total do emprego formal do Brasil (entre 0,050 e 0,005 pontos percentuais); a classe Estagnado, municípios que não apresentaram significativa alteração de sua participação (variação de 0,005 a -0,005 pontos percentuais); e a classe Decrescente comporta os municípios que apresentaram acentuada redução da participação no total do emprego formal (redução maior que 0,005 pontos percentuais). Os critérios para definição dos limites das categorias se baseiam na identificação de dinâmicas diferentes entre os municípios analisados. Depois de examinada a dinâmica dos municípios selecionados em relação à participação no emprego nacional, partiu-se

para a análise da especialização econômica dos municípios classificados como Crescentes (Acentuado e Moderado).

A análise da Especialização Produtiva dos Municípios foi realizada a partir do cálculo do Quociente Locacional (QL) dos municípios classificados como Crescentes (Acentuado e Moderado), nos anos de 1985 e 2010. Esse índice mede a especialização setorial do município, em comparação com a distribuição setorial do emprego em nível nacional (ver HADDAD, 1989).

$$QL \text{ setor} = \frac{\text{Emprego setor no município} / \text{total emprego no município}}{\text{Emprego setor nacional} / \text{total emprego nacional}}$$

Paiva (2006) mostra que esse índice, se bem interpretado, pode contribuir para o estudo do desenvolvimento regional. Em particular, deve-se evitar uma interpretação simplista do mesmo, bem como a oposição maniqueísta entre especialização e diversificação, já que os dois processos podem ser complementares em uma perspectiva dinâmica do desenvolvimento regional.

Deve-se ressaltar ainda, conforme mostra Paiva (2006), que a utilização de dados de emprego para o cálculo do QL pode apresentar problemas de interpretação e deve ser complementada com outros indicadores o que, embora esteja além do escopo deste trabalho, constitui uma possibilidade interessante para desdobramento e interpretação dos resultados deste trabalho, bem como para a continuidade da linha de pesquisa.

Com base em Lima e Simões (2010), foram considerados nesta análise dois graus de especialização setorial dos municípios: O primeiro é chamado de Indícios de Especialização ($1 < QL < 4$) e o segundo é denominado Especialização Consolidada ($QL > 4$). Para este cálculo coletou-se o número de empregados formais dos Setores IBGE (oito) e também dos Subsetores IBGE (25). Os dados utilizados foram coletados na RAIS (MTE).

4. A dinâmica em nível municipal: desempenho e classificação dos municípios selecionados

A Tabela 2 mostra a participação dos municípios selecionados do Brasil no Total do PIB e do emprego nacionais em 1985 e 2010:

Tabela 2 - Participação dos municípios selecionados do Brasil no Total do PIB e do emprego nacionais em 1985 e 2010 (%)

	PIB		Emprego	
	1985	2010	1985	2010
Municípios selecionados	79,36	79,37	86,49	81,43

Demais municípios	20,64	20,63	13,51	18,57
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS e do IBGE (2013).

A partir da Tabela 2, percebe-se que a participação relativa dos 518 municípios selecionados é muito superior a participação relativa dos demais municípios (ao todo 5.046 municípios não selecionados) tanto no número de empregados formais como no PIB do Brasil, o que mostra a expressividade dos municípios que possuem acima de 10.000 trabalhadores formais em 2010. A participação relativa dos municípios selecionados ficou próxima dos 80% do PIB brasileiro, mantendo-se estável no período 1985 a 2010. Já a participação dos municípios selecionados em relação ao emprego formal, que era maior em 1985 (86,49%), reduziu-se para 81,43%, em 2010, mantendo-se em patamares próximos daqueles do PIB.

Se forem retirados os dois municípios com maior peso econômico (São Paulo e Rio de Janeiro), os percentuais mudam para 58,46 e 62,56, no caso do PIB, e para 61,38% e 65,04%, no caso do emprego, mostrando que, sem os dois municípios, o conjunto dos municípios selecionados, embora com menor peso, ampliou sua participação no contexto nacional nos dois indicadores.

O número de municípios de cada classe é mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios por classe de variação da participação no total de empregados formais do Brasil e participação percentual em 1985¹ e 2010

Classe	Limites	Número de municípios	Participação no total de empregados formais no Brasil (%)	
			1985	2010
Crescente Acentuado	$\text{var} \geq 0,05$	53	9,73	14,85
Crescente Moderado	$0,05 > \text{var} \geq 0,005$	248	13,34	18,31
Estagnado	$0,005 > \text{var} \geq -0,005$	90	4,26	4,85
Decrescente	$\text{var} < -0,005$	127	59,15	43,43
Munic. Selecionados		518	86,49	81,43

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS (2013).

¹ Dos 518 municípios selecionados, 21 não existiam em 1985. Para esses municípios utilizou-se o primeiro dado disponível em cada base de dados e sua classificação foi feita com base na variação média anual, agrupando cada município na classe cuja média anual era a mais próxima de sua média anual, em todos os indicadores.

A tabela mostra que a quantidade de municípios classificados como Crescentes (301) superou amplamente as categorias Estagnados e Decrescentes, com destaque para a subdivisão Crescente Moderado, sendo composta por 248 municípios (47,88%) do total de municípios analisados.

Observa-se que a maior parte dos municípios selecionados foi classificada como Crescentes (301), correspondendo a 58,11% dos 518 municípios selecionados. Nesse grupo, há um amplo predomínio da subdivisão Crescente Moderado, com 47,88% dos municípios selecionados, enquanto a subdivisão Crescente Acentuado responde por 10,23% desses municípios. Ademais, 17,37% dos municípios apresentaram pequena variação da participação, sendo, portanto, classificados como Estagnados e os municípios classificados como Decrescentes correspondem a 24,52% do total. A tabela 4 mostra a participação das quatro classes de municípios no total de empregados formais no Brasil:

A tabela 4 mostra a distribuição dos municípios por Estado:

Tabela 4 - Número de municípios por classes e por Unidade da Federação segundo a variação na participação no número de empregados formais no Brasil (1985/2010)

UF	Crescente Acentuado	Crescente Moderado	Estagnado	Decrescente	Soma
São Paulo	6	65	33	43	147
Minas Gerais	4	44	12	9	69
Rio Grande do Sul	0	13	13	28	54
Rio de Janeiro	3	12	6	14	35
Paraná	6	18	4	6	34
Santa Catarina	6	14	6	8	34
Bahia	3	13	3	5	24
Pernambuco	4	6	1	4	15
Goiás	3	10	1	0	14
Ceará	2	7	1	2	12
Pará	2	6	1	3	12
Espírito Santo	2	5	3	1	11
Mato Grosso	2	6	3	0	11
Maranhão	1	6	0	0	7
Alagoas	0	3	0	2	5
Mato Grosso do Sul	1	3	1	0	5
Rio Grande do Norte	1	4	0	0	5
Rondônia	1	4	0	0	5
Paraíba	0	3	0	1	4
Sergipe	0	3	0	1	4
Piauí	1	1	1	0	3
Tocantins	0	2	1	0	3
Distrito Federal	1	0	0	0	1
Acre	1	0	0	0	1

Amapá	1	0	0	0	1
Amazonas	1	0	0	0	1
Roraima	1	0	0	0	1
TOTAL	53	248	90	127	518

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS (2013).

Na Tabela 4 e no Mapa 1, em anexo, observa-se que os municípios classificados como Crescentes estão localizados em maior número nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Bahia. Entretanto, quando se examina a distribuição dos 53 municípios classificados como Crescentes Acentuados, os três estados que apresentaram as maiores quantidade de municípios nesta classe foram São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Nota-se, que há certa concentração de municípios classificados como Crescentes, em especial dos Crescentes Acentuados, nos Estados das Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Verifica-se que a maior parte dos municípios classificados como crescentes localiza-se no entorno do Estado de São Paulo, em uma área similar à do polígono definido por Diniz (1993). Uma significativa quantidade de municípios Crescentes, entretanto, está fora dessa área. Percebe-se, a parcial configuração de três eixos de desconcentração, a partir da Região Metropolitana de São Paulo: um eixo para o Oeste, chegando até o Acre; um eixo para o Norte, passando pelo Distrito Federal até o Pará; e um eixo mais litorâneo, passando por quase todos os estados da Região Nordeste.

Assim, os resultados mostram que, apesar do quadro de relativa estabilidade verificado na concentração espacial entre as Unidades da Federação, vêm ocorrendo modificações significativas na participação dos municípios no emprego total do Brasil. Dentre os municípios com maior relevância econômica (aqueles com mais de 10.000 empregados formais em 2010), o maior número apresentou um desempenho favorável no período, ampliando sua participação no total do emprego formal do Brasil, sendo classificados como Crescentes: em conjunto, esses municípios passaram de cerca de 23% do emprego formal nacional, para mais de 33%.

6. Especialização produtiva dos municípios crescentes

A análise da especialização produtiva dos municípios classificados como Crescentes (Acentuado e Moderado) baseou-se nos resultados obtidos pelos cálculos dos Quocientes Locacionais (QLs) do emprego formal de cada um desses municípios para os anos de 1985 e 2010. São analisados os resultados do QL dos municípios primeiramente de forma mais agregada, nos oito setores do IBGE e, em seguida, de forma mais desagregada, nos 25 subsetores do IBGE.

Tabela 5 - Número de municípios segundo especialização por setores do IBGE e grau de especialização nos anos 1985 e 2010.

Setor IBGE	1985 ²			2010		
	Indícios	Consolidada	Total	Indícios	Consolidada	Total
1 - Extrativa Mineral	16	27	43	10	22	32
2 - Indústria de Transformação	68	0	68	94	1	95
3 - Serviços Industriais de Utilidade Pública	13	3	16	18	3	21
4 - Construção Civil	12	4	16	31	6	37
5 - Comércio	59	0	59	38	0	38
6 - Serviços	11	0	11	11	0	11
7 - Administração Pública	9	0	9	12	0	12
8 - Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pes	44	35	79	34	21	55
Total	232	69	301	248	53	301

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS (2013).

Os dados da tabela mostram que, em 1985, o setor da Indústria de transformação (2) obteve a maior quantidade de municípios (68) com indícios de especialização produtiva, mas nenhum município apresentou essa especialização consolidada. O setor da Agropecuária (8) também se destacou, sendo responsável por 79 municípios com alguma especialização, sendo 35 deles com especialização consolidada.

Observa-se que em 2010 houve mudança significativa no padrão de especialização setorial dos municípios. Comparando-se os dados de 1985 com os de 2010, verifica-se que reduziu o número de municípios especialização consolidada nos oito setores do IBGE, passando de 69 para 53. A distribuição da especialização entre os setores também variou: houve crescimento do número de municípios com especialização na Indústria de Transformação (2) e de Construção Civil (4), e redução nos setores Agropecuária (8), Extrativa Mineral (1) e Comércio (5).

Analisando o período de 1985 a 2010, podemos concluir que os municípios com classificação Crescente estão passando por uma espécie de diversificação produtiva, com redução do número de municípios com especialização consolidada. Por outro lado, os resultados mostram que esses municípios ampliaram a especialização na Indústria de Transformação e Construção Civil, em detrimento dos setores Agropecuária, Extrativa Mineral e Comércio, embora os três continuem relevantes.

² Dentre os municípios Crescentes tem-se quatro municípios que foram criados depois de 1985. Assim, calculou-se o QL destes municípios de acordo com os dados do primeiro ano disponível: Parauapebas-PA (1989), Teixeira de Freitas-BA (1987), Eusébio-CE (1992) e Horizonte-CE (1992).

Tabela 7 - Número de municípios especializados por subsetores do IBGE e grau de especialização nos anos 1985 e 2010.

Subsetores IBGE	1985			2010		
	Indícios	Consolidada	Total	Indícios	Consolidada	Total
01-Extrativa mineral	2	22	24	6	16	22
02-Ind. de prod. minerais não...	4	23	27	6	12	18
03-Indústria metalúrgica	0	8	8	2	9	11
04-Indústria mecânica	3	8	11	2	10	12
05-Ind. do mat. elétrico...	2	10	12	2	18	20
06-Indústria do material...	0	9	9	0	19	19
07-Indústria da madeira e do...	2	28	30	3	12	15
08-Ind. do papel, papelão...	0	4	4	2	4	6
09-Ind. da bor., fumo, couros...	1	4	5	1	6	7
10-Ind. quím. de produtos...	3	10	13	7	14	21
11-Ind. têxtil do vest. e artef.	2	18	20	7	16	23
12-Indústria de calçados	0	9	9	0	15	15
13-Ind. de prod. alimentícios...	5	20	25	9	17	26
14-Serviços industriais de...	5	2	7	4	1	5
15-Construção civil	3	3	6	9	4	13
16-Comércio varejista	9	0	9	3	0	3
17-Comércio atacadista	7	4	11	7	1	8
18-Instit. de crédito, seguro...	0	1	1	1	0	1
19-Com. e adm. de imóveis...	0	2	2	4	1	5
20-Transportes e comunicações	5	2	7	4	0	4
21-Serviços de alojamento...	3	6	9	7	1	8
22-Serviços médicos...	7	3	10	2	0	2
23-Ensino	2	4	6	6	2	8
24-Administração pública...	6	0	6	5	0	5
25-Agricultura, silvicultura...	8	22	30	8	16	24
Total	79	222	301	107	194	301

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS (2013).

Em uma análise mais desagregada, verifica-se que, considerando o intervalo entre 1985 e 2010 houve redução do número de municípios com especialização consolidada. Esse resultado aponta uma tendência geral de diversificação das atividades produtivas para o conjunto dos municípios classificados como Crescentes

A distribuição entre os subsetores também se alterou significativamente, mostrando um aumento da participação de diversos setores, com destaque para os setores 05 (material elétrico), 06 (material de transporte), e 11 (química). Por outro lado, os subsetores que apresentaram as maiores reduções do número de municípios com especialização foram: 02 (minerais não-metálicos), 07 (madeira e mobiliário), 22 (serviços médicos) e (25) agropecuária.

Tanto na análise agregada (oito setores) quanto na análise mais desagregada (25 subsetores), os resultados mostram que o grupo de municípios classificados como Crescentes reduziu seu grau de especialização, indicando uma tendência de diversificação produtiva entre 1985 e 2010. A distribuição da especialização entre setores e subsetores mostrou uma significativa alteração no entre os dois anos focalizados. Dentre os setores e subsetores analisados, observa-se que esse conjunto de municípios ampliou a especialização industrial, com destaque para segmentos de maior intensidade tecnológica, conforme Classificação da OCDE (ver anexo 1), em detrimento dos setores de menor intensidade tecnológica (agropecuária e minerais, por exemplo).

Ainda que se possa fazer uma interpretação mais precisa e abrangente dos dados a partir da coleta de mais informações, os resultados mostram que os municípios classificados como Crescentes estão em uma trajetória que reforça a importância de indústria para sua estrutura produtiva.

Assim, identifica-se neste trabalho que, entre 1985 e 2010, os municípios que ampliaram de forma relevante sua participação no emprego formal nacional têm seguido uma trajetória distinta da daquela identificada por outros estudos, ampliando sua especialização (medida pelo QL do emprego formal) no setor industrial (e de construção civil), com destaque para os segmentos industriais de maior intensidade tecnológica. Esse movimento identificado no conjunto de municípios classificados como Crescentes contrapõe-se a resultados encontrados por parte da bibliografia para a indústria e a economia brasileira, considerada de forma agregada, bem como para regiões e estados mais industrializados. Em síntese, os municípios classificados como Crescentes, vem apresentando tendências opostas àsquelas identificadas por parte da bibliografia como de desindustrialização ou especialização regressiva.

Esses movimentos não são necessariamente excludentes, mas suas direções opostas colocam a necessidade de aprofundar as pesquisas e ampliar a base de interpretação das tendências econômicas recentes que, pelo menos em relação ao espaço, podem, certamente, comportar trajetórias diversas.

6. Considerações Finais

No contexto do debate acerca das tendências do desenvolvimento regional brasileiro, as mudanças na concentração espacial das atividades produtivas e na especialização produtiva regional vêm constituindo objeto de pesquisa e análise. O exame de dados sobre o emprego formal permite abordar essas mudanças caracterizando tendências e tratando de questões importantes para a compreensão da dinâmica regional brasileira no período recente.

Em síntese, a análise realizada neste trabalho, que focalizou o período 1985/2010 mostrou os seguintes pontos principais:

- a) A distribuição do emprego formal entre as Unidades da Federação é um pouco menos concentrada que a distribuição do PIB. Nesse período houve uma ligeira redução do nível de concentração em ambos os indicadores, embora predomine uma tendência de estabilidade;
- b) Dentre os 518 municípios selecionados, que são os de maior participação no emprego formal e no PIB nacionais, correspondendo, em conjunto, a mais de 80% nesses indicadores, a maior parte (301) apresentou crescimento de sua participação considerado relevante. Entretanto, boa parte ficou estável (127 municípios) e uma parcela significativa (90 municípios) decresceu, mostrando que houve um comportamento heterogêneo dos municípios selecionados ao longo do período 1985/2010;
- c) Os municípios classificados como Crescentes estão distribuídos entre a maior parte das Unidades Federativas, com predominância das Regiões Sudeste e Sul;
- d) Em relação à especialização setorial, predomina entre os municípios classificados como Crescentes a especialização na Indústria e na Agropecuária. Entre 1985 e 2010, diminuiu a proporção de municípios com especialização consolidada, ao mesmo tempo em que cresceu a especialização na Indústria e na Construção Civil, em detrimento dos setores da Agropecuária, do Comércio e dos Serviços;
- e) Em uma análise mais desagregada os resultados mostram que, dentre os municípios classificados como Crescentes, houve aumento da especialização em subsetores industriais de maior intensidade tecnológica (com destaque para material elétrico, material de transporte e química) em detrimento de subsetores mais tradicionais (como agropecuária) e de menor intensidade tecnológica (minerais não-metálicos, madeira e mobiliário, por exemplo).

Assim, ainda que o período analisado apresente certa estabilidade entre as Unidades Federativas, houve mudanças significativas na distribuição espacial das atividades em nível municipal, com dinâmica diferenciada entre os municípios selecionados. Verifica-se ainda que essa dinâmica diferenciada dos municípios está relacionada à sua especialização produtiva: o conjunto dos municípios que aumentaram significativamente sua participação no emprego formal nacional apresentou sinais de redução do grau de especialização, ao mesmo tempo em que, dentre setores e subsetores, ampliou o número de municípios com especialização em segmentos industriais de maior intensidade tecnológica em detrimento de setores tradicionais.

A contraposição dessas trajetórias com as tendências recentes da economia brasileira é importante para aprofundar a análise e o debate. A interpretação desse fenômeno certamente passa

por uma compreensão mais fundamentada e abrangente da interação entre diversificação e especialização no âmbito do processo de desenvolvimento regional, que podem constituir linhas de pesquisa e caminhos adicionais para a explicação das tendências verificadas.

7. Referências Bibliográficas

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (2000). "Distribuição Espacial da Indústria: Possibilidades Atuais para sua Investigação". **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.30, n. 2, abr-jun., p.207-231;

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. *Existe Doença Holandesa no Brasil?* **Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 4. Março, 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em Fevereiro de 2013;

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial no Brasil. **São Paulo: Difel**, 1977;

_____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1830-1970. **Global/Ed. UNICAMP: São Paulo**, 1985;

_____. Concentração e desconcentração econômica e regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade** - n.1, ago., 1997

_____. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011

DINIZ, C. C. "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização". **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, set. p. 35-64, 1993;

_____. "A Busca de um Projeto de Nação: O Papel do Território e das Políticas Regional e Urbana." **Revista Economia**, v. 7, n. 4. P. 1-18, 2006;

_____; CROCCO, Marco Aurélio "Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira". **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.6, n.1, set. p.77-103, 1996;

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 2003;

HADDAD, P. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, Paulo. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 67-206, 1989;

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. Centralidade e emprego na região Nordeste do Brasil. Belo Horizonte: **Nova Economia**, 20 (1), p. 39-83, jan./abr. 2010;

MARTINS, H. E. P.; BERTOLUCCI JUNIOR, L.; OLIVEIRA, P. L. "Crescimento populacional, evolução econômica recente e capacidade de polarização: um estudo em municípios de Minas Gerais". **Análise Econômica** v.52, p.25 – 50, 2009;.

NASSIF, A. "Há evidências de desindustrialização no Brasil ?". **Revista de Economia Política**, Vol. 28, n. 1, 2008;

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e sociedade**, v. 6, p. 113-140, 1996.

_____. **Fragmentação da nação**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

SAMPAIO, D. P. ; DA SILVA, A. L. G. . *Reestruturação produtiva regional no Brasil: uma caracterização da indústria a partir de um indicador de densidade das cadeias produtivas (1996/2007)*. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2011, Uberlândia. XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2011, **Anais...**

SILVEIRA, R. "Concentração industrial regional, especialização geográfica e geografia econômica: Evidências para o Brasil no período 1950-2000." **Revista Econômica do Nordeste**, 36, n. 2, 2005;

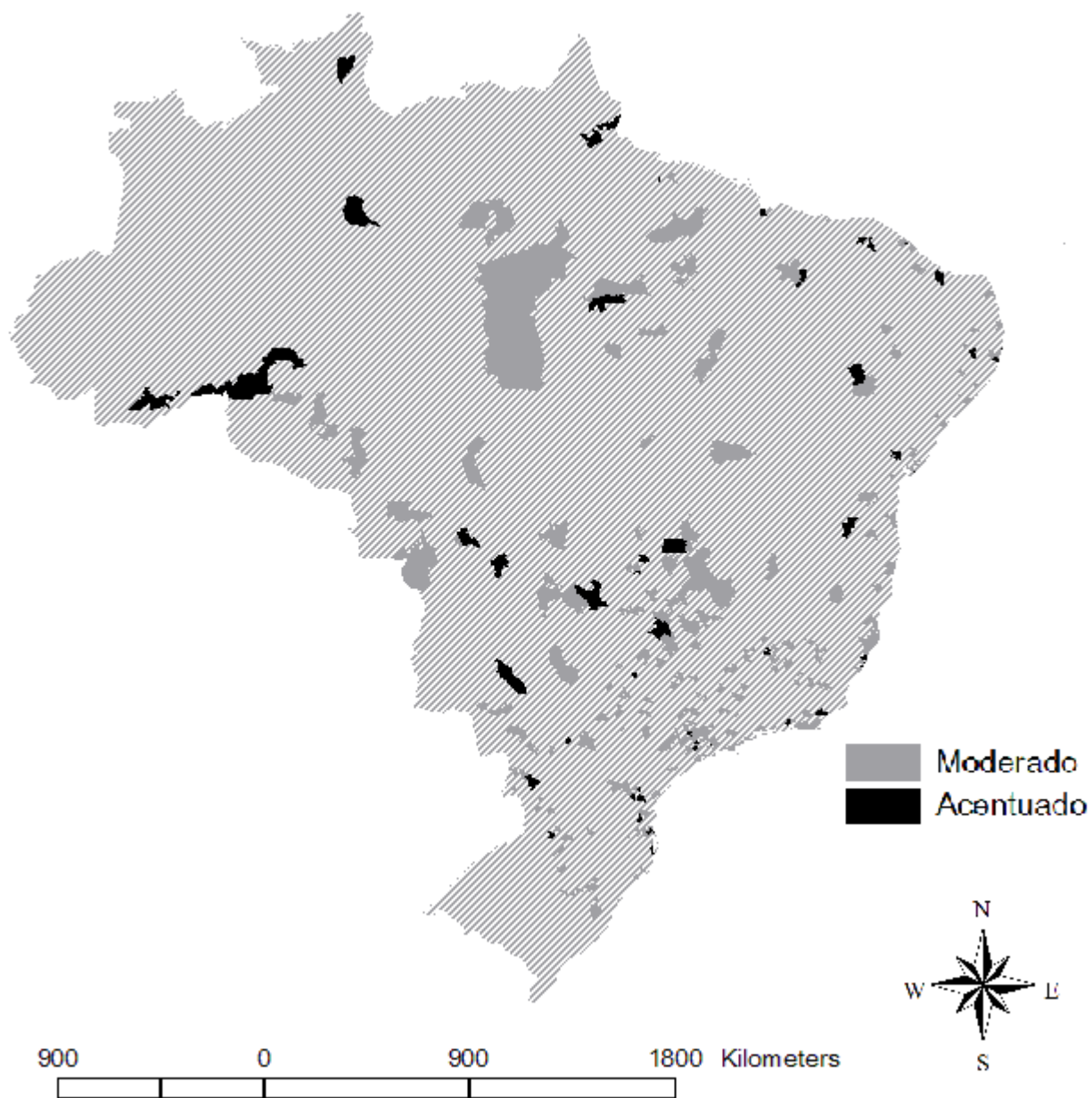
VERÍSSIMO, M. P. ; SILVA, C. G. . *Uma Investigação sobre a Hipótese de Doença Holandesa nas Regiões Brasileiras*. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 4, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**

7. Anexos

Anexo 1 - Subsetores do IBGE especificados e classificação dos subsetoes industriais quanto à Intensidade Tecnológica segundo a OCDE

Número	Nome completo do subsetor	Intensidade Tecnológica (OCDE)
1	Extrativa mineral	Baixa
2	Indústria de produtos minerais não metálicos	Méd-Baixa
3	Indústria metalúrgica	Méd-Baixa
4	Indústria mecânica	Méd-Alta
5	Indústria do material elétrico e de comunicações	Alta
6	Indústria do material de transporte	Méd-Alta
7	Indústria da madeira e do mobiliário	Baixa
8	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	Baixa
9	Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	Baixa
10	Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	Alta
11	Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	Baixa
12	Indústria de calçados	Baixa
13	Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	Baixa
14	Serviços industriais de utilidade pública	
15	Construção civil	
16	Comércio varejista	
17	Comércio atacadista	
18	Instituições de crédito, seguros e capitalização	
19	Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico...	
20	Transportes e comunicações	
21	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ...	
22	Serviços médicos, odontológicos e veterinários	
23	Ensino	
24	Administração pública direta e autárquica	
25	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	

Anexo 2 -Municípios Crescentes (Acentuado e Moderado) no emprego formal (1985-2010)



Fonte: Elaboração própria (2014), com base em dados da RAIS.